

**IMIGRAÇÃO, AMEAÇAS E TERRORISMO: INTENSIFICAÇÃO DOS
CONFLITOS ASSIMÉTRICOS NO BRASIL***

Maria Helena de Amorim Wesley**



Rio de Janeiro – Maio de 2016

***BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>)**

****ABD – Acadêmica Perpétua Fundadora - Doctor Ph.D. International Relations.**

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	p. 03
II - TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS	04
2.1 – <i>Credibilidade: o nome da crise</i>	07
2.2 – <i>Imigrantes atuais e novas faces do terrorismo</i>	08
III – A PROBLEMÁTICA INTERNA	13
3.1 – <i>Socialismo e Oligarquias: corrupção premiada e financiamento de atividades assimétricas</i>	14
IV – GLOBALIZAÇÃO DE PRÁTICAS TERRORISTAS: FFAA E DIPLOMACIA	17 22
4.2 – <i>Segurança, Defesa e desafios atuais</i>	
V – CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXOS	31

I – INTRODUÇÃO

“SIC TRANSIT GLORIA MUNDI”.

Ante o dantesco cenário mundial vale refletir sobre a frase supra, cujas palavras são dirigidas ao Papa quando de sua coroação, para lhe lembrar da fragilidade de todo poder humano, distanciando-se do uso trivial, como sinônimo de absurdo, incoerência do conhecido *SIC*.

As análises e reflexões aqui efetuadas embora visem a perceber o papel atual das FFAA, tentam contribuir para a construção de um futuro menos medíocre, resultante das escolhas desnorteadas feitas pela sociedade, sobretudo nos quatro últimos pleitos majoritários.

Cabe a ressalva de que esta autora não escreve em busca de afagos. Sopesar a realidade onde as coisas são como são, afastando-se do costumeiro relativismo, demanda reações incertas e indelicadas por desnudar a responsabilidade do drama social vivenciado e cuja lei, quase sempre perdida em firulas, enlaça a verdade e prolonga o logro de um método de gerência conexo com o crime de lesa-pátria, gestado por mentes leoninas, onde a escusa declina vidas, vínculos de família e tudo o que sustenta uma sociedade. E, ao minimizar o fato de que crime é crime graças à pusilanimidade do aparelhamento do Estado e dos poderes que o constituem, assenta-se a garantia na torpeza de uma justiça que resguarda a classe política.

Esse é o cenário brasileiro sedimentado na primeira década do século em curso, conformando um amanhã preocupante, diante das recentes e amiudadas imigrações.

Procurando melhor compreensão do tema em tela recorreu-se a Menezes Côrtes (1958) ratificando, mais uma vez, o quanto as FFAA confirmam sua essencialidade na sustentação da ordem e da estabilização social ao cultivar perenes e atualizados cenários, estratégias e projeções.

A História do Brasil seguramente pode esclarecer a ambiguidade de traços de aversão e admiração¹ às FFAA e aos assuntos que enfocam a Defesa, a Segurança e a Soberania como assuntos restritos a militares e diplomatas. Mormente nesta primeira década, observa-se pertinaz reforço no desvirtuamento via caráter ideológico-partidário, cunhando a sombria realidade que envolve a todos em um futuro de dificuldades e amargura, coroado por picos de violência. A visão deturpada e enviesada se extravasa na resistência insensata a qualquer tentativa de analisar imparcialmente a bestial realidade sem vieses partidários (Wesley, 2013).

Mas a realidade impõe tal reflexão, mesmo tendo de lidar com demonstrações de desagrado de uma generosa parcela de profissionais civis ligados à comunicação e intelectuais que se eriçam diante de qualquer referência ao vocábulo *militar*, como se este fosse sinônimo de iniquidade. Talvez tenham os ímpetos imediatos já levantados por uma parcela larga da população que aventa a hipótese de Intervenção das FFAA como último bastião institucional não totalmente corrompido. Parecem permanecer petrificados em 1964. Recusam-se a aceitar que a situação agora é bem mais complicada.

II - TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS

Além dos treze anos de aparelhamento ideológico institucional, uma Constituição estreita, desatualizada e descontextualizada no que concerne aos militares, e a revolução tecnológica que atingiu profundamente os meios de comunicação e todas as estruturas sociais (Wesley, 2013), acrescida do adensamento das inúmeras investidas para implantar as normas estipuladas no Foro de São Paulo, são motivos mais do que suficientes para sentir o quanto se tem que trabalhar para mitigar a tragédia vivenciada.

¹¹ Levantamentos ainda em curso ao ocorrido no pós II Guerra nos países derrotados, em especial Alemanha e Japão e, internamente, no Brasil, após a proclamação da Independência e a bazófia da implantação da República.

Marcada como sendo uma tripla revolução – *tecnológica, econômica e sociocultural* – a *Estrutura Cibernética*, responsável pela transformação de todos os paradigmas sociais perpassa, envolve e altera as demais estruturas (Adaptativa, Associativa e Ideológica) que constituem as culturas, conforme o Quadro 1 em ANEXOS (Wesley, 2014).

O entorpecimento das consciências e a massificação da sociedade por meio de propaganda subliminar e sutil ocorreram graças a aplicação alinhada da estratégia Gramiscista², fundamentada no incutir contínua e paulatinamente a ideologia sediciosa, ocultando sua concreta efetuação, adotando a *legalidade* da via pacífica e constitucional desde os anos 60. Jamais abandonaram o meio acadêmico, mesmo durante o regime militar, conforme se depreende nas recentes e enfáticas declarações de Gabeira³, apesar do arrefecimento ocorrido com a contrarrevolução nos anos de 1964 a 1972.

Talvez a sensação desalentadora atual que acomete aos brasileiros de se viver na pré-história diante do aumento da violência, brote perante a ocorrência de debates no mundo em busca de métodos eficazes no prélio ao terrorismo, enquanto no Brasil ainda se discute se tal prática é crime ou não, visível na criação da frágil Lei nº13.260/2016, publicada na edição extra do Diário Oficial da União desta quinta-feira (17/abril)⁴.

A norma foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff com oito vetos, sendo que dois deles dizem respeito à definição de atos de terrorismo, coesa com a ideologia vigente da execrável classe política que despreza as forças policiais civis e militares em busca da *civilização* - que precede a extinção

² Antonio Gramsci (morto em 1937), pensador italiano cuja estratégia orientava que o sucesso para o estabelecimento e implantação de um regime comunista em países adeptos da democracia e com economia relativamente consolidadas e estáveis, não poderia ocorrer com o uso da força, como sucedeu na Rússia.

³ Fernando Gabeira, Professor de História da UFF. Participou do movimento de 1964 e declara que as esquerdas brasileiras lutaram para estabelecer o comunismo no país através da ditadura do proletariado.

⁴

Lei nº 13.260, de 16.3.2016

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.

Mensagem de veto

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Msg/VEP-85.htm

almejada pelos modelos de *securitização* - e muitas vezes massacram-nos de forma selvagem e violenta sem que ninguém dê um pio, fortalecendo os intocáveis criminosos que manipulam e subjagam a população fechando ruas, incendiando ônibus, multiplicando a espiral de confrontos e conflitos, distanciando o brasileiro da fama ostentada de povo pacífico e alegre⁵. É um jogo mais do que irresponsável. Mais do que arriscado. É letal (Wesley, 2014).

O jugo do restolho político brasileiro ocupará, certamente, o capítulo mais infeliz da História, ao assinalar mais uma vez a busca da implantação de uma ditadura manca, pois não há como compartilhar ou amparar um regime assemelhado ao comunismo, que carrega o trucidamento de cerca de 100 milhões de seres humanos sem que os atuais meios de comunicação não refluem às realidades pregressas e atuais.

Em outros escritos já se abordou o entorpecimento das consciências que lavraram o terreno para a implantação de regimes totalitários através dos recursos cibernéticos. Igualmente se buscou ajuizar sobre novas formas de protestos e manifestações amparadas pelas redes que a cibernética proporciona, marcando posição mais pela insistência diária do que pelo volume de presenças físicas nas ruas (Wesley, 2014a).

Em glosas mais recentes se inclinam a tentar enfatizar os pontos mais relevantes dos efeitos causados pela informática na cultura nacional e nas estruturas do governo (Wesley, 2014).

Através dos meios de comunicação, hoje se pode escrever, falar, investigar e questionar a tal *ditadura militar*, presente na memória das gerações pregressas ao afirmarem ser uma época em que se podia sair à noite a qualquer hora sem ser assaltado, violentado ou simplesmente eliminado.

Examinar a ação deflagrada pelos militares de 1964 a 1972 leva a intuir que se não houvesse a intervenção dos militares, provavelmente hoje

⁵ Apesar das várias e cruentas revoluções ilustradas na história (mas pouco estudadas) onde se destacam a Farroupilha (durou dez anos), a Revolução de 32, a Revolta Paulista, a Cabanada (durou três anos) e mesmo na Independência o sangue jorrou durante dez anos diante das tentativas de Portugal retomar a bala o território só encerrando depois a Marinha escorraçou os portugueses até a foz do Rio Tejo.

estariamos todos presos, pois é notório que o comunismo só aceita o *amém* como réplica e a bala na cabeça a quem discordar.

É imprecisa a afirmação de que o Brasil vive uma Democracia e é fluentemente apurada na matança diária nas filas dos hospitais, no indivíduo que quando trabalha o faz para si e a sua família por oito meses do ano e os outros quatro labora em prol do sustento de um Estado paquidérmico e ineficiente que não lhe dá qualquer contrapartida. O levantamento em curso pelo atual governo (pós-impedimento) já aponta o alarmante número de 14.000.000 de desempregados e uma dívida pública (“pedaladas”) beirando os R\$ 300.000.000). É um panorama arrasador.

2.1 – *Credibilidade: o nome da crise*

Imersos na mais profunda recessão provocada pela putrefação de grande parte da classe política, o brasileiro se debate em um cenário devastado. Milhares de empreendimentos são fechados, milhões de empregos são perdidos, devorando cidades e famílias condenadas a anos e anos de trabalhos forçados na pobreza e na miséria moral como herança legada pelos atuais mandatários. E muitos acadêmicos, luminares ou pensadores se sentem *desconfortáveis* quando confrontados com essa realidade que evidencia de forma crua o declínio, a torpeza moral e a miserável condição humana do latrocínio do Estado em nome de uma *causa* que parece muito próxima a de elementos do EI (Estado Islâmico).

Não bastam discursos e escritos elegantes de intelectuais afeitos a uma ideologia que solapa o futuro e encobre a ferocidade desse cenário, cujas teorias invertem a punição através da aquiescência silenciosa que imprime culpa ao inocente. As instituições de ensino – com relevo para as IES e seus centros de ciências humanas - transformaram-se em meios de excelência para



difusão e implantação das torpes e sombrias doutrinas exemplificadas no cartaz acima, que considera o terrorismo como arte, talvez motivado pelas considerações de Karlheinz Stockhausen sobre os atentados de 11 de setembro.

A descomedida violência que resulta do engodo político é tangível e facilmente colhida em *selfies* de corpos estraçalhados ou corrompidos inundando o mundo cibernético com ensinamentos do básico da criminalidade, que varrem as sociedades impondo meditação sobre a colocação do General Santos Cruz: “*A gente nunca se acostuma*”.

Todavia, a crise apregoada não está alicerçada somente no caos econômico. Nasce na desesperança e esvaziamento da Justiça, contida na máxima de que *Todos são iguais perante a Lei* e atende, de forma esdrúxula, espúria, a todos os integrantes das hostes políticas com o afamado *foro privilegiado*, acobertando e incentivando aqueles propensos ao crime, em todas as suas tipificações e formas, graças à anomalia jurídica da *imunidade parlamentar*, que afronta com infundáveis recursos para crimes comuns, cuja melhor solução seja *erga omnes* (valha para todo), apartando aquele abjeto e ilegítimo instituto. Afinal, a Constituição brasileira tem um texto só, ainda que o atual STF (“aparelhado” pelos consecutivos governos) impetre várias e conflitantes explicações, na azáfama de negar e abduzir o que já se exhibe como evidente máfia política, apesar do acobertamento midiático.

As variantes político-ideológicas vigentes buscam se contrabalançar no embuste basal de que o povo não sabe o que quer e, por isso, necessita ser tutelado. É dessa tutela impudente que abrolham os compadrios inermes ora acoimados sem o menor melindre, amparados por uma nata de intelectuais fascinados por Piketty (2014) - livro de cabeceira da recente governante - e prontos a se insurgir contra os favoráveis ao capitalismo hoje alcunhados de preconceituosos, conservadores ou *politicamente incorretos*, trincando a sociedade graças ao aparelhamento institucional que encabresta e enfraquece o parlamento constituído em grande parte por admiradores do *socialismo bolivariano*.

2.2 – Imigrantes atuais e novas faces do terrorismo

É de Menezes Côrtes (1958) o norte das ponderações sobre imigração no Brasil que titulam este documento, mesmo decorridos 58 anos da publicação de *Migração e Colonização no Brasil*⁶. Permanece esquecido ou ignorado no mundo acadêmico por motivos já sobejamente conhecidos diante da produção científica proveniente da caserna.

Já na Introdução, Menezes Côrtes, ao traçar as causas mais comuns dos movimentos migratórios, ressaltando que embora aquelas sejam sempre preponderantemente de ordem econômica, a história ilustra exemplos que extrapolam os fatores materiais a exemplo dos de ordem política, religiosa ou psicológica, descartando esses deslocamentos de contingentes humanos dos intitulados como *migrações forçadas*⁷, que tipificaram o sistema escravocrata e os colossais degredos ajustados durante as I e II Guerras Mundiais.

Os aspectos essenciais - *de ordem material e de ordem sentimental* - para as correntes migratórias, magistralmente identificados por Menezes Côrtes seguem válidos, mas é também o próprio Autor que aponta, já naquele momento, a seriedade sobre o atentado à perda de liberdade nas *migrações forçadas*, foco de interesse central neste espaço, cabendo aos pesquisadores atuais tentar vislumbrar as *forças incitadoras* e as *forças de atração* nos fluxos imigratórios de cubanos do Programa Mais Médicos e dos refugiados do Haiti, adequando-os nos critérios de imigração permanente e temporária identificados pelo Autor conforme se tenta ilustrar no Quadro 2 (ANEXO 2).

Ao concentrar a atenção na intensificação dos conflitos assimétricos no Brasil e as intimidações ínsitas das práticas terroristas, não há como olvidar as advertências sobre as consequências elencadas para o país receptor.

A eclosão do que aqui se considera o III Conflito Mundial, carrega simultaneamente todas as causas dos grandes conflitos anteriores, acrescidas do requinte tecnológico e cibernético, alcançando e atingindo a humanidade em

⁶ Esta autora deixa aqui seu mais profundo agradecimento ao seu filho, Emb. Marcos Henrique Camilo Côrtes pela oferta de um raro exemplar do escrito em tela de sua biblioteca particular (remetido para Maceió em 26 de março de 1996).

⁷ Tráfico de negros, intenso no século XVIII, e de “convictos” britânicos para a América do Norte e Austrália e de franceses para a Nova Caledônia.

todos os quadrantes. A perda da liberdade aludida por Menezes Cortes agora se coloca em todos os recantos da consciência, apreendendo o público e o privado, fragilizando fronteiras (físicas ou virtuais), leis e comportamentos, economias, produção e tudo o que diz respeito aos alicerces das mais diversas culturas (Wesley, 2014a).

Vale lembrar que o sistema político internacional hodierno, imerso em questões que nenhuma geração anterior teve de arrostar, tem na globalização uma agenda carregada de novos riscos e novas dúvidas, sobretudo quando se consideram a cooptação dos avanços tecnológicos e cibernéticos pelas violentas práticas terroristas que caracterizam, no juízo desta autora, um conflito de magnitude global.

Os aspectos essenciais para uma definição legal do terrorismo mundial são procurados em considerações existentes em ordenamentos jurídicos de outros países e desnudam a precariedade do Brasil diante do assunto, elencando suas vulnerabilidades e deficiências na análise da sua legislação penal ao tratar do assunto e seus delitos conexos.

Novamente Menezes Côrtes (1958 p. 17-20) enumera para além das vantagens as consequências atemorizantes sobrevindas de uma **imigração sem adequada filtragem**, afora as considerações elaboradas sobre as dificuldades de ajustamento e assimilação do imigrante, originado no conflito dos padrões culturais geralmente diluídos entre os descendentes.

“[...] É que as vidas dos que migram ficam, nas crises de adaptação, privadas dos benéficos efeitos dos hábitos e da tradição. Suas personalidades ficam desorganizadas, porque lhes faltam as crenças unificantes que, muito naturalmente, crescem nos homens quando vivem sob condições mais estáveis e a tradição lhes assegura oportunidade de agir, e, portanto, de êxito.” (p. 17).

A atual associação entre organizações criminosas e o terrorismo consolida uma extensa trama de cúmplices externos na economia real, via paraísos fiscais, para transferência de dinheiro. Essa face negativa dos avanços tecnológicos faz parte da afirmação do promotor italiano Franco Roberti ao sublinhar a coleta do grupo Jihadista Estado Islâmico de cerca de US\$ 3 bilhões com o tráfico ilegal - o Estado Islâmico lucra vendendo drogas, armas, obras de arte e petróleo -, exigindo legislação específica, conferindo



licença para ordenar escutas telefônicas e apreensão de bens. *"Eles precisam de dinheiro disponível, armas, documentos falsos, estruturas logísticas que as organizações mafiosas podem fornecer sem nenhum problema"*, reconheceu o promotor, durante uma coletiva de imprensa em Roma. (Diário do Poder, 14/04/2016)

Conforme informações amplamente divulgadas, o MST é aparelho do governo para a prática de *terrorismo de Estado* contra o povo e contra o país com imunidade e atuando com recursos públicos. Sem o apoio oficial não existiria. Cabe à classe política atentar, somente, em procurar impedir a cadeia (Paiva, 2016).

Raros políticos servem como exemplos ao advertirem o quanto o terrorismo reverbera no Brasil em forma de ideologia e como o governo conspira de forma insolente contra o estado democrático de direito, conforme se evidenciou durante a obstrução ao projeto de lei contra o terrorismo no Congresso.



"A lógica de atuação petista é padronizada: pretendem ser vítimas e fingem-se motivados pela indignação. Mas a dificuldade em votarmos a lei contra o terrorismo no Congresso comprova o jogo de cena do PT, que fez uma obstrução visivelmente destemperada para tentar sempre excluir os atos mais violentos que pudessem ser praticados pelos ditos movimentos sociais, centrais sindicais e seus penduricalhos ligados ao governo" [...]. As ingerências cometidas contra o Itamaraty, que até então sempre se comportou de forma neutra, estão aí para comprovar. Eles apenas se sentiram obrigados a submergir e, na primeira oportunidade, voltarão a travestir essa ideologia que compactua com crimes em busca do poder e da disseminação de suas ideias incompreensíveis" (Caiado, 2015).

O Senador Caiado crê que os ataques a Paris não alteraram o juízo do governo sobre qualquer penalização nos preceitos antiterror.

O terrorismo travestido de ideologia ainda existente nos partidos políticos estriba-se em um populismo senil que varreu grande parte da América, especialmente da América Latina, sobretudo nas cinco últimas

décadas, pautando as ditaduras e o autoritarismo que se encontram no ocaso. Caracterizam-se pelo denso disciplinamento e alinhamento aos nomeados *movimentos sociais* e sempre contra o imperialismo *norte-americano*, o inimigo externo tão útil à causa dos terroristas, que tanto motivou afinidades do governo brasileiro com os regimes do Irã e Venezuela⁸.

O comportamento uniforme e estandardizado político-partidário ostenta afetada vitimização que veio à tona na destemperada aversão em votar a lei antiterrorismo pleiteando, quase sempre de forma inoportuna, a retirada do caráter de violência que revestem os atos perpetrados pelos movimentos sociais que apoiam o governo e são devidamente financiadas por verbas públicas.

Qualquer penalização dentro das **cláusulas** antiterror é sempre rechaçada. Operam de modo organizado, abarcando transferências dissimuladas de verbas públicas através de ONGs, para organizações como MST, MTST e congêneres, cujo método é próprio dos terroristas: invasões de propriedades privadas, destruições de centros de pesquisa, agressões e ataques a quem se colocar no seu caminho. É a sustentação inflexível de ameaça sobre a população. Mesmo o *impedimento* que busca regular protestos e manifestações mais parece o traçado de um caminho próximo ao desencargo de consciência.

As angustiantes sequelas sociais do terrorismo são os principais prejuízos e vão bem além dos pesados custos econômicos associados a gastos com Segurança, perda do valor das propriedades, redução de atividade econômica, queda na produtividade, entre outras dimensões⁹. Para deter esse movimento urge conscientizar a população, dentro das normas constitucionais e apelar parte do poder dos grupos políticos.

⁸ Os fatos recentes ilustram a convocação de políticos ao “exército” do MST, as ameaças de pegar em armas do presidente da CUT, Vagner Freitas, dentro do Palácio do Planalto e, para a vergonha do País, a deplorável preleção da então presidente do Brasil na 69ª Assembleia-Geral da ONU, censurando o combate ao Estado Islâmico e defender ajuda e diálogo. Posteriormente foi grande o constrangimento quando se viu obrigada a condenar a barbárie ocorrida em Paris.

⁹ Estudos revelam que o ataque às torres Gêmeas de Nova York acarretou um prejuízo de 90 bilhões de dólares. E o mais inquietante: quanto mais altos os custos, maiores as oportunidades de os terroristas obterem as concessões.

III – A PROBLEMÁTICA INTERNA

Segundo Feu Rosa (Diário do Poder, 2016) em cabal período de globalização e de cristalinidade, alardeiam-se, persistentemente, os benefícios do cognominado *mundo livre*, como repositório da perspectiva do altruísmo. Isso equivale a tornar crível que com toda essa liberdade à divulgação dos nomes de países e companhias responsáveis pelo extermínio de cerca de cinco milhões de pessoas, cujos milhares de exemplos de ambição se sobrepõem à dignidade, ao preço da vida e do sofrimento de milhões de seres humanos¹⁰.



À guisa de exemplo tome-se o que ocorre nas jazidas de *coltan*,¹¹ de altíssimo valor estratégico encontradas na Austrália, no Brasil e na República Democrática do Congo. Com 64% das reservas já mapeadas a República Democrática do Congo (igualmente rico em ouro, cassiterita, cobalto, cobre, diamantes e madeiras nobres), ocupava o último lugar no Índice de Desenvolvimento Humano em 2011.

Entretanto, a veracidade é, em geral emudecida, ou simplesmente debelada na esteira de fascinantes artifícios científicos de persuasão, produzidos por brilhantes luminares responsáveis, conforme denúncia de Samuel Butler (2015), pela experiência do admirável contraste da alienação em plena era da informação. Esta ilusória aberração se aclara na extração do *coltan* como origem de um dos mais sanguinários conflitos, segundo o

¹⁰ A dura missão do General Carlos Alberto dos Santos Cruz, comandante da mais importante operação da ONU no mundo, cuja tarefa incide em dar fim ao maior conflito armado desde a Segunda Guerra Mundial, com quase seis milhões de mortos. Vários são os exemplos recentes que fazem jus e à colocação (General Antonio Hamilton Martins Mourão e General Heleno).

¹¹ Mineral resultante da combinação de *columbita* - de onde se extrai o nióbio - e de *tantalita* de onde se extrai o tântalo metal de alta resistência térmica, eletromagnética e corrosiva utilizado desde eletrônicos portáteis até nas pás de turbinas de aviões.

Conselho de Segurança da ONU (cinco milhões de mortos e favorecimento do estupro de mais de 300 mil mulheres nos últimos 15 anos)¹².

Análogo ao exposto observa-se a campanha dúbia pelo desarmamento internacional que ignora as atividades terroristas e a fragilização de países satélites aos centros de poder mundial (Wesley, 2014 e 2014a). O exemplo recente de tal declaração advém de relatório em que o Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz, sediado Estocolmo, afirma que os gastos militares equivaleram a 2,3% do Produto Interno Bruto mundial e que 10% disso seria suficiente para financiar os objetivos globais das Nações Unidas para terminar com a pobreza e a fome até 2030¹³.

Segundo Sam Perlo-Freeman, do Instituto Estocolmo, declarou à Fundação Thomson Reuters (Goldsmith, 2016).

"Isso dá algum tipo de perspectiva que pode permitir que as pessoas vejam qual é o custo de oportunidade envolvido em gastos militares globais [...] Isso pode provocar algum debate, embora nós certamente não estamos esperando um corte de 10 por cento em gastos militares" [...]. Isso se trata da política desses países."

3.1 - Socialismo e Oligarquias: corrupção premiada e financiamento de atividades assimétricas

Não se pode compreender o *segredo de justiça* quando o interesse é coletivo e envolve dinheiro público.

As devassas são pertinentes porque existem, ligados à operação Lava-Jato, centenas de investigados no STF por envolvimento nos esquemas de corrupção da Petrobras, entre eles, deputados, senadores e ministros envolvidos e os chamados inquéritos sigilosos, além das peças sem denúncia para as quais a Polícia Federal pediu prorrogação de prazo para investigações.

¹² Em 2003 foram identificadas 157 empresas de vários países realizando ilegalmente a extração de minerais na República Democrática do Congo o que reflete a realidade de vasta parcela do continente africano. Nos últimos 15 anos 23 conflitos foram suficientes para retirar da África cerca de US\$ 18 bilhões, reduzindo o PIB em 15%.

¹³ O Instituto afirmou que os gastos militares alcançaram quase 1,7 trilhão de dólares no ano passado, com os Estados Unidos sendo de longe o responsável pela maior fatia, apesar de seus gastos terem caído 2,4% para 596 bilhões de dólares.

A abundância de autoridades abrangidas em assaltos à coisa pública é de tal monta que dá a impressão de sermos governados por uma máfia gerida por um prestigioso e inimputável chefe.

Entretanto, sobre a máfia política não houve uma campanha sistemática de desmoralização junto à opinião pública.

Com a economia arrasada e o sistema político destruído, os partidos não têm mais representatividade e, para agravar, sem novos comandos, como aconteceu na Argentina com Maurício Macri, nem surgem nomes como Luís Lacalle no Uruguai, Henrique Capriles na Venezuela ou Keiko Fujimori no Peru, que ponderam abordagens liberais apropriadas, capazes de dissipar a supremacia latino-americana da neoesquerda aziaga, populista e atrasada, que impediu, no Brasil, a emergência de estadistas. Assiste-se à debilidade do material político que se apresenta para disputar o voto com profundo desalento das mesmas e afanosas figuras se posicionando para a corrida aos cargos eletivos.

Percebendo justiça como um ente atemporal do Estado que interpreta a lei – ou deveria fazê-lo – sem matizes ou discriminações e sob a concepção de que a justiça não necessita incriminar inocentes exclusivamente do clamor popular e, é correto que não se deve inocentar a despeito do clamor popular e, pode-se concluir que os resultados da Lava-Jato não podem ser alterados apenas ao gosto indócil da apreciação pública.

Salteadores assumidos, coligados em facções, cartéis ou associação para se apropriar do Estado, comercializado em suaves prestações por uma matilha eleita de forma dúbia para os eleitores decentes configuram que o jogo não foi limpo nem democrático e a conta a pagar não cabe no país. Os organismos internacionais enfim abriram os olhos e coagem a pressão popular sobre uma gerência impopular, mas olvidam dos mais fundamentais princípios democráticos para fazê-lo.

A improvável existência de uma hoste multinacional pode ser comprovada na sua composição por sujeitos vindos de parte da sociedade ignorada pela política tradicional, além do fato de que, diferentemente de outros lugares onde o *bolivarianismo* se disseminou, no Brasil eles podem até ter temporariamente as chaves do erário, mas não a do paiol. E mais uma vez,

apesar da antipatia de muitos, o país poderá ser salvo pelos militares, que sem atuar em causa própria, somente não protegerão a malta aboletada no poder, abrindo fogo contra a sociedade, como na Venezuela.

Não se crê na necessidade de um levante militar, nem de tropas para a defesa, embora desponte o imperativo de subsídio internacional para sistematizar uma estrutura imune a novas investidas hábeis para defender o mérito, as metas e o empreendedorismo em prol de um ambiente menos manipulado.

A deficiência é de agentes da lei e dar mais autoridade do que eles efetivamente têm faz parte do jogo do medo, do desconhecido, do mitificado, avaliando que há uma diferença basal entre um projeto de poder baseado em ideologia e um projeto de poder baseado na compra pura e simples de apoio mequetrefe. Mas quando o dinheiro acaba ninguém é de ninguém.

Sem o menor vestígio de ética e sempre moldados em uma moral flexível, sem arrependimento pelo que disseminaram e pela dor causada à nação, são capazes de levar o Brasil ao fundo do poço, sorrindo, mesmo tendo praticado o código penal inteiro de crimes com provas inequívocas sem que nada consiga derrubá-los. Projetaram um futuro anárquico apoiados nos *movimentos sociais* (sindicatos, MST, parcelas do judiciário, parte significativa da ordem dos advogados bolivarianos, confederação nacional dos bispos bolivarianos, grande parte da mídia) contra o Congresso.

A melancólica constatação desta autora se deve ao fato de muitos supostos artistas e intelectuais, além do apoio á sórdida argumentação de *justiça social* que encobre a aversão ao homem comum e seus valores considerado “burguês”, pelo simples querer ser tratado igualmente perante a lei, trabalhar, cuidar da família, ter suas crenças, desvaleram os alertas há anos feitos sobre o Foro de São Paulo (Olavo de Carvalho, Embaixador Lampreia e Wiliam Waack) e só recentemente a imprensa vem dando destaque a tal fato.

A repulsa expressada pelo povo foi devidamente reprimida pelo *muro da vergonha* erigido no dia 7 de Setembro de 2015, em desfile privado. É abominável constatar que a governante só pense em si própria numa hora extrema, vendo-se em uma monarquia imaginária onde desempenha uma

esplêndida biografia resguardada pela rede delinquente e golpista de ministros que sempre se esforçou de forma execrável para defender o indefensável e dourar a pílula do dia seguinte.

Ninguém foi capaz de avisar ou ensinar à ocupante do governo que a presidência é um cargo público o que provavelmente favoreceu a constante ratificação de não conseguir apreender o que faz um ocupante daquela cadeira. Passará para a História como o maior exemplo de inaptidão, falência moral e cívica e que pode ser resumida na declaração “*Não renuncio. Não fiz nada de errado*” coroada pela assertiva de seu Ministro da Fazenda de que “*os brasileiros devem encarar o aumento de impostos como um investimento*”.

A renúncia seria menos dolorosa do que levar o país para uma guerra que todos querem detonar mesmo sem compreenderem o significado de guerra.

O desânimo de ser brasileiro que assalta a quem conhece as acentuadas diferenças entre os mandatários que governam o Brasil e a maioria dos países europeus, no que se refere à cobrança de impostos, provavelmente se deve ao fato de aqueles considerarem políticos como meros funcionários públicos desempenhando uma missão¹⁴.

Entretanto a realidade não comporta mais a impregnação da corrupção nas ações de Estado. A problemática saída política em acorde com os padrões brasileiros tradicionais deve-se, sobretudo, à sociedade civil que, atualmente, com todos os percalços, vem se organizando e se mobilizando de forma autônoma do Estado e de seus braços, opondo-se a um acordo costurado pelos velhos interesses - de presumível vida curta - pois não basta à simples troca de presidente para extinguir o sombrio dolo institucional advindo da gestão que desqualifica a política.

IV – GLOBALIZAÇÃO DE PRÁTICAS TERRORISTAS: FFAA E DIPLOMACIA

¹⁴ Dinamarca e Finlândia são exemplos. O pagamento dos mais elevados impostos do mundo, retorna em educação de primeira linha, saúde das melhores do mundo e segurança pública exemplar.

A aprovação do projeto de lei que tipifica o terrorismo era preocupação aparentemente considerada prioritária pelo governo. E além da apreensão com ataques durante as Olimpíadas deste ano no Rio, organismos internacionais pressionaram o governo brasileiro a aprovar a nova legislação, sob pena de incluir o Brasil em lista que indicaria alto risco de transações financeiras no País (Gadelha, 2016).

Em poucos países há políticos que ridicularizam os militares como no Brasil. Desprezam, esquecem ou desconhecem da célebre frase do Marechal Osório: "*A farda não abafa no peito o cidadão*". A deferência e o apreço aos militares são noções consideradas inválidas, além de comungar pensamentos e condutas que certamente contribuíram para se vivenciar o nível flagelante e nefasto, esvaziando a cantilena de se viver em *democracia*, diante dos ataques contínuos e contundentes, objetivando desmoralizar aqueles considerados guardiões de fato e não apenas de direito das instituições.

A perene busca em se diferenciar da maior democracia (EUA) que definiu a sociedade mais rica e livre do mundo, onde se reverenciam os militares e onde a população, com raras ressalvas, venera sua Bandeira, seu Hino Nacional, suas Instituições, sua polícia, seus professores, e onde os políticos (independentemente de partido) respeitam a maior autoridade representada pelo seu Presidente da República¹⁵ teve como uma das mais desastrosas sequelas o constrangimento do mandatário maior do país em evento internacional.

A implantação e difusão de um novo modelo cultural, através de instituições de ensino já foram consideradas em outros momentos e passam ao largo de qualquer alusão a uma intervenção militar (Wesley, 2013, 2014 e 2014a), fechamento do Congresso Nacional, apesar da ditadura desfraldada a partir de 2003, razão pela qual poucos episódios surpreendem esta autora. Tudo faz parte do que foi estabelecido pelo Fórum de São Paulo/UNASUL. Faz tempo que o país virou *Cubão*. E o decantado "golpe" esperado e desejado por tantos já ocorreu faz tempo e falta pouco para a consolidação do *socialismo*

¹⁵ O episódio ocorrido durante a Copa demonstra o quanto a deseducação plantada pode ser nefasta e pode se voltar contra os que projetam o esvaziamento de valores culturais.

bolivariano – nova designação para comunismo – e, conforme se vem assinalando em outros escritos, não estamos em 1964. O problema cogente é como fazer o contragolpe sem contar com as antigas estratégias, como quer a maioria.

Não basta a circulação em profusão de vídeos e mensagens expondo as ligações entre o MST e o resto da facção para ensinar de forma didática e definitiva a tal "revolução bolivariana", onde os meios justificam os fins que apressaram a destruição da petroleira aparelhada.

A perplexidade da autora reside na inexistência de instituições com espíritos corporativos em número suficiente para confrontar a vertente bolivariana e suas reais intenções, diante da sociedade parva e desentendida que, ou aprende na marra as reais intenções de seus governantes, liderados pelo espírito manco de um facínora, ou se rebela contra a quadrilha a tempo de manter os alicerces de uma democracia cambaleante, cujos representantes se recusam a ver a seriedade do que está em andamento. A Pátria Grande pode até não ter se consolidado, mas são visíveis os prejuízos causados a uma economia decente, baseada no mérito e no empreendedorismo, já feridos de morte pela sequência de ineptos que assumiram o poder e dizimaram o incipiente capitalismo brasileiro e onde atualmente o dólar bate a casa dos três reais e tanto, dizimando qualquer chance dessa economia se manter de pé. O mais estarrecedor é que todas as lideranças deste país discorram sobre o assunto como se morassem em Antuérpia.

Não se descarta o sentimento de vergonha do país quando se viaja e se intue um misto de curiosidade e pena nas pessoas, e pelo desperdício de uma vida inteira dedicada ao trabalho neste país, em geral presente na ocultação da nacionalidade. Acabrunhamento maior sobrevém ao se saber o que é a *oposição* política. Quem afirma que são diferentes em essência permanece iludido e não sabe o que lhes espera.

O sórdido destino traçado certamente foi responsável pela evasão de incontáveis profissionais altamente qualificados em plena fase produtiva (Tomposi, 2016b)¹⁶. Emigram convictos de terem nascido no lugar errado. E

¹⁶ A neurocientista Suzana Herculano-Houzel, conhecida internacionalmente por descobrir quantos neurônios o cérebro humano realmente tem e por um artigo 100% brasileiro na revista

sem pedir ajuda ou proteção a Deus. Afinal, a dura realidade resulta de um povo que elegeu quatro vezes o mesmo *Guia* e não há como pedir auxílio. É abuso da paciência Divina.

A "democracia" que aí está não deixa outra escolha a não ser a insurgência contra a corrupção, contra a incompetência administrativa, contra um estado que interfere maciçamente na economia, contra a má administração dos tributos recolhidos aos cofres públicos e as funestas consequências dos descabros consistentes nas mazelas da saúde pública, na educação e na segurança pública, onde cerca de 60.000 brasileiros são brutalmente assassinados anualmente.

Os fatos estão aí para todos verem: Executivo incompetente e irresponsável. Judiciário e Legislativo em grande parte aparelhados pelo partido do Governo Federal, com apoio da maioria da Imprensa.

Além da opção de ir embora deste chão sem dono, qual seriam as outras escolhas para essa realidade? Novas eleições, cujos candidatos já possuem atos ilegais em seus currículos, efetivadas por urnas eletrônicas duvidosas? Como mudar isso tudo apoiados em mentiras? Qual a saída que realmente conduz a um Estado de Direitos e Deveres?

Chacoteadas e punidas há anos as Forças Armadas, depreciadas em seus salários e equipamentos, essas instituições contam desde 1995 com Ministros da Defesa sem condições para exercer o cargo. Ou se lida com este fato ou tudo tende a piorar. É bufo crer que cidadãos com armas e preparados para todo tipo de hecatombe, assistam – eternamente – seu próprio menosprezo e achincalhe, calados e sem ao menos poder expressar sua indignação.

Inexiste a coerência do plausível, na atitude de um ministro partícipe de ideologia equívoca que exonere generais¹⁷ ao ousarem estes a se manifestar como cidadãos e concomitantemente esteia governos déspotas como os de

"Science" sobre a quantidade de dobras cerebrais nos mamíferos, embarca nos próximos dias para Nashville, no Tennessee, onde vai assumir o posto de professora dos departamentos de Psicologia e Ciências Biológicas da Universidade Vanderbilt.

¹⁷ Ganham destaque os casos envolvendo os General Antonio Hamilton Martins Mourão e General Heleno.

Cuba e da Venezuela, países esses que tiveram obras feitas com o dinheiro brasileiro, enquanto o país carece de obras em infraestrutura para trilhar o caminho do desenvolvimento e do pleno emprego.

A urgência de lideranças qualificadas e de um projeto de nação aponta a problemática da ausência estrutural de um Estado Mínimo que interfira o menos possível na economia, limitado à regulação e investimentos na Saúde, na Educação, na Segurança, nas obras de saneamento e infraestrutura, a fim de alavancar o desenvolvimento e o crescimento econômicos, apenas isso, deixando que os empreendedores façam tudo o que o Estado não sabe fazer.

A Diplomacia, irmã siamesa das FFAA, também sofre o aparelhamento ideológico capenga implantado no alvorecer de 2003. Encarcerados em seu projeto de poder, não conseguem visualizar a globalização das infaustas práticas terroristas hodiernas, causando inúmeros constrangimentos àquela instituição (Humberto, 2015)¹⁸.

Em artigo publicado no Estadão (Tomboosi, 2016a), o diplomata Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Londres e Washington, chama atenção para o chocante desserviço ao país prestado por Dilma e seu partido no exterior, colocando interesses partidários acima dos interesses nacionais. É hora de passar a limpo o Itamaraty, contaminado pelo nefasto lulopetismo:

“Neste momento crítico para a instituição, que deveria defender os interesses brasileiros no exterior, e deverá responder, com o novo governo, aos ataques contra o País, é importante lembrar a lição do patrono da diplomacia brasileira. Pouco antes de assumir o Itamaraty, no início do século 20, Rio Branco afirmou, sem meias-palavras, que não se devem confundir interesses partidários com os interesses maiores do País.”

O ardil da maior parte das mídias brasileiras devidamente aparelhadas, não informa que na Venezuela, o líder opositor Leopoldo López foi condenado a treze anos de prisão por um júri igualmente aparelhado por um

18 O Embaixador da França Denis Pietton precisou cobrar que o Brasil condenasse o atentado contra o Charlie Hebdo em 2015. O fiasco diplomático do governo, às vésperas de discursar na ONU, disse que é preciso ‘dialogar’ com terroristas, o que valeu o rebote do ex-secretário de Justiça de Lula, Romeu Tuma Jr, que não perdoou e disparou: “No Brasil os temos [os terroristas] como autoridades”.

ditador, somente por discordar do excesso de democracia que existe por lá. Não fez jus a uma linha sequer, legitimando, assim, a inversão de valores.

Em outro momento, durante visita a Israel, a convite da Confederação Israelita no Brasil, o deputado Raul Jungmann reuniu-se com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. No encontro que durou mais de uma hora, Benjamin Netanyahu fez críticas duras ao governo brasileiro, ao dizer que não existem mais canais de negociação entre o seu país e o Brasil (O Antagonista, 2015).

A complexidade das tensões sociais no Brasil abrange fatores cruciais, como a ausência do Estado em áreas críticas, a luta pela terra, as questões indígena e quilombola, os problemas vinculados à violência urbana, o crescimento caótico das grandes cidades e a demanda da garantia alimentar, comprometendo a lei e a ordem no país.

4.2 – Segurança, Defesa e desafios atuais

Conduzindo sua política externa com base nos princípios elencados no art. 4^a de sua Carta Magna, fundados na observância da independência dos países, na prevalência dos direitos humanos, na autodeterminação dos povos, na não intervenção, na igualdade entre os Estados e na defesa da paz, entre outros, o Brasil sempre se posicionou rapidamente, mas a partir de 2003 os governos têm sido reticente, quando não omisso, diante de atos de terrorismo.

Escudando-se nos artigos 4º e 5º da Constituição, justificam os ataques deflagrados pelo EI na Europa como respostas às ações que os países do continente promoveram nos territórios ocupados pelo grupo terrorista e a política de xenofobia da França, que impede a integração e o acesso a direitos básicos aos estrangeiros, como responsável por respostas violentas. A exclusão de estrangeiros, notadamente os de origem árabe, a proibição do uso do véu muçulmano em órgãos públicos, são apenas exemplos das ações de desrespeito, notadamente aos muçulmanos.

Consideram que a França e a Inglaterra, como aliadas dos EUA na organização das ações para tirar do poder o presidente da Síria, financiam grupos de oposição a Assad, além de afirmarem que a ideologia dos grupos

fundamentalistas é justificada no combate aos infiéis dos países que se opõem à formação de estados muçulmanos. Declaram ainda, que as medidas de cerceamento da liberdade religiosa, a propaganda feita pelo Ocidente contra os árabes, são exemplos do conjunto de medidas que alimentam o ódio e estimulam ações dos grupos extremistas.

Quanto ao Brasil, o comportamento adotado nas relações exteriores é pautado no respeito e na solidariedade e na adoção de medidas de apoio aos países e aos povos que tenham sofrido com conflitos internos como é o caso da Síria e embora o governo não apoie as ações para a derrubada do governo de Assad, recebe os cidadãos que aqui venham buscar refúgio. Essa posição de respeito à soberania, à diversidade religiosa e cultural, fazem do Brasil um país pacifista e é essa conduta, essa imagem que garante a segurança do país e sempre que possível, o Brasil integra frentes de mediação dos conflitos internacionais, adotando uma postura imparcial ao tentar a reconstrução do diálogo das nações envolvida, o que provavelmente pautou a fala presidencial na ONU.

A inexistência de políticas públicas segregacionistas, conforme reza o art. 5^a da Constituição, assegura a igualdade na proteção dos direitos fundamentais para brasileiros e estrangeiros, garante a universalidade de atendimento nas redes públicas de saúde e educação aos brasileiros e estrangeiros e assegura a liberdade religiosa.

O que reforça a convicção de que o país não esteja na mira das ações de grupos extremistas, como é o caso do Estado Islâmico é sua vocação para a paz e para o respeito na ordem internacional o que nos coloca longe da mira de ações terroristas.

Todo esse posicionamento adotado pela chancelaria firma-se preocupante, diante do avanço da violência de grupos extremistas, quando se confronta ao alerta de Menezes Côrtes (1958, p. 110-2) sobre a necessidade de um planejamento com programas que controlem os fluxos migratórios (internos e externos) que já então apresentavam complexidade diante da extinção, pela Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, do Conselho de Imigração e Colonização, a Divisão de Terras e Colonização e do Departamento Nacional de Imigração, substituindo-os pelo Instituto Nacional de Imigração e

Colonização. A demora na regulamentação da Lei supra carreou a conhecida descontinuidade administrativa exemplificadas em 4 presidentes no curto prazo de dois anos.

O descontrole de movimentos migratórios, a fragilidade das fronteiras (físicas ou virtuais), a adoção de uma política ideológica totalitária e a constante interferência de órgãos internacionais colocam em xeque a Soberania e a Segurança nacionais.

Relatores da ONU abalizam riscos ao *exercício dos direitos humanos* da proposta em discussão no Congresso e afirmam que o projeto de lei de combate ao terrorismo no Brasil, atualmente em discussão no Congresso, ameaça *limitar as liberdades fundamentais*, conforme consta na mensagem enviada ao governo e parlamentares.

Um dos problemas identificados pelos relatores da ONU se refere à modificação feita no texto pelo Senado.

"Lamentamos que o atual projeto de lei excluiu um artigo anterior que estabelecia uma salvaguarda importante que garantia que a participação em manifestações políticas e em movimentos sociais não fosse considerada no âmbito dessa lei. [...]. Os Estados têm o dever de proteger a sociedade civil e os direitos fundamentais para sua existência e seu desenvolvimento, como os direitos à liberdade de associação e reunião pacífica e à liberdade de expressão."

Justificaram que definições confusas ou excessivamente vastas sobre terrorismo possibilitam o uso deliberado impróprio do termo. Para tal, as legislações que visam a combater o terrorismo necessitam ser assaz precisas para cumprir com o princípio de legalidade, evitando assim que possam ser usadas contra a sociedade civil, silenciar defensores de direitos humanos, blogueiros e jornalistas, e criminalizar atividades pacíficas na defesa dos direitos das minorias, religiosos, trabalhistas e políticos.

Para a ONU, "[...] quando leis voltadas para a promoção da segurança podem afetar as liberdades fundamentais, os Estados devem sempre assegurar que os princípios de necessidade, proporcionalidade e não discriminação sejam inteiramente respeitados [...]. As medidas contra o terrorismo que têm um impacto negativo na capacidade de ONGs para atuarem de forma efetiva e independente

estão fadadas a ser, em última instância, contraproducentes na redução da ameaça imposta pelo terrorismo.” (Chade, 2015).



Os conhecidos Blakbloks, esteados pelos MST, agem frequentemente sem nenhum receio de punição e no momento poucos ajuízam sobre a Al Qaeda a não ser como elementos que jogam bombas sobre mulheres e crianças muçulmanas.

Apesar de não considerar injustiçados os impetuosos que reclamam a honra conspurcada de seus profetas ou de seus livros, chegando até a assassinar em seu nome e com isso exercerem uma chantagem intolerável, um mínimo de equilíbrio é exigido, censurando a intensa desmoralização reinante em publicações das vinhetas de Maomé feitas no jornal dinamarquês *Jyllan Posten* em 2005, a difusão no *YouTube* do infame vídeo californiano sobre Maomé ou a atual campanha satírica sobre o islã na revista “Charlie Hebdo”.

Difícilmente se persuadirá dirigentes de países islâmicos onde a blasfêmia é hoje punida penalmente, inclusive com a morte. E é de pouca serventia o discurso do presidente norte-americano diante da Assembleia Geral da ONU sobre a liberdade de expressão, dirigida a governos e regimes que tiram benefícios dessas proibições em duas direções, no controle sobre os meios de comunicação e no apaziguamento dos islâmicos mais radicais e violentos.

Ao exemplificar o problema com sua defesa da liberdade para insultar o presidente dos EUA derrapou no fato de que o insulto ao soberano foi uma prática de outrora, quando era de origem divina e também concernia ao território da blasfêmia e era castigada severamente. Agora, porém, a liberdade de imprecisar contra o chefe de Estado é a garantia da sociedade livre. O mesmo fez uma sentença célebre da Suprema Corte com o símbolo máximo da nação que é a bandeira que estabeleceu o contrassenso: quem atualmente queima bandeiras com as listras e as estrelas em todo o mundo islâmico não comete crime algum, conforme a jurisprudência e os códigos americanos.

Embora o Brasil, até o presente, tenha ficado a salvo de ações terroristas, nos moldes praticados por grupos em conexão com redes

internacionais, com a finalidade de desestabilizarem Estados ou deles se vingarem em proporções que causem a generalização do pânico em suas populações, isso não afasta a probabilidade de que ações do governo brasileiro venham a gerar disputas e maior exposição do País no cenário internacional, ao sediar com certa frequência eventos internacionais (Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014), e as Olimpíadas (no ano em curso) e da crescente posição de relevo do País na conjuntura mundial.

As limitações e carências dos órgãos de segurança pública e o aumento do poder e da violência de grupos ligados ao crime organizado, ou a ilícitos transnacionais, contribuem para agravar a problemática da segurança pública brasileira e criam um ambiente propício à demanda para emprego das Forças Armadas em segurança pública, ainda que em caráter eventual.

Prevalecendo-se das fragilidades do Estado, atuais atores não-governamentais (ONGs, empresas transnacionais, movimentos sociais e organismos internacionais) assumiram papéis operacionais em temas sociais, culturais, econômicos, ambientais, de direitos humanos e outros. Desvencilhando-se agilmente da burocracia ocuparam espaço na sociedade brasileira como peças do aparato oficial que configurou o aparelhamento com reflexos funestos em todas as Expressões do Poder Nacional.

O anseio de declínio do poder imperial dos Estados Unidos apega-se à premissa histórica que sempre patenteou o desmoronamento de impérios e muitos já apregoam a chegada do descaimento com o episódio Vietnã¹⁹ e, atualmente, porque os interesses econômicos norte-americanos começam a ser objetados na África e na América Latina, ricos em matérias-primas, embora seus interesses prioritários sugiram atenção maior à segurança cibernética²⁰.

¹⁹ Apesar do excelente arsenal e dos recursos eletrônicos capazes de detectar as radiações caloríficas de um guerrilheiro na selva, os Estados Unidos foram derrotados na guerra (que ironicamente nunca foi declarada em termos oficiais) apesar das toneladas de bombas e napalm jogadas sobre os vietnamitas.

²⁰ Nos Estados Unidos, o acesso de mensagens criptografadas gerou uma polêmica entre a Apple e o FBI. A polícia pede que a empresa divulgue dados de mensagens em uma investigação sobre terrorismo. Porém, a Apple (*que usa a criptografia de ponta-a-ponta*) afirma que seria preciso criar uma “chave mestra” para desbloquear as mensagens e que isso acarretaria no fim da privacidade de usuários. Até o momento, o FBI não conseguiu as informações.

V – CONCLUSÃO

Infelizmente o Brasil se transformou neste arremedo de País, dominado por medíocres. Observando o desenrolar da história recente após o governo Sarney, que foi Presidente por acaso, sobressaem elementos ambiciosos e arrogantes - exceto Itamar Franco –, sobressaindo-se Fernando Henrique Cardoso como autor do funesto processo de reeleição tão bem analisado por Paulo Brossard como um dos males desta Nação. Todos se reelegem com a máquina governamental trabalhando a todo vapor. Talvez o ideal fosse um mandato de 5 (cinco) anos e só. Quem sabe assim não se teria que lamentar os desmandos de funcionários públicos que se eternizam em cargos políticos ou não e os eleitores representados nas duas novas classes que comandam a Nação - a dos burocratas e a dos oligarcas. A dos burocratas pela ineficiência dos dois últimos presidentes, e a dos oligarcas que encontraram campo fértil para seus subornos.

Neste espaço a autora consegue se expressar, embora soe desarmônica aos gorjeios presentes atualmente em grande parte da imprensa aparelhada e aparvalhada.

Entretanto, há de se ressaltar o fato de os esbulhados, muito diferentemente de certa casta que pode se defender país afora, a irrefutável maioria dos despojados pagantes desta farra com o dinheiro público não têm como se defender do colapso instalado. Mais uma vez, agora no governo decomposto e impedido, o dólar bate a casa dos mais de três reais e aniquila qualquer chance dessa economia se manter de pé. E as lideranças deste país permanecem fazendo análises em verdadeira masturbação verbal, de costas para uma realidade local, esquecidos de que repartiram a mesma mortadela indigesta e, geralmente, permanecem com um olheiro a postos nos locais onde trabalham, estipulando o que pode e o que não pode ser falado ou escrito. É difícil conseguir trabalhar regulada dessa forma espúria, dominada, em servidão depravada para “luminares” sem escrúpulos, sem limites e vis, deformando sua própria audiência e envergadura.

O acozamento político já ceifou bons profissionais que se retiraram não por covardia nem por temer o enfrentamento com políticos e seus bracinhos amestrados oriundos do Foro de São Paulo. Emigraram por motivações materiais e sentimentais ao se questionarem: O que sobrará deste país para quem trabalhou a existência inteira com ciência? Racionamento de água? Apagão? Controle da internet? Tributos, os mais altos do mundo? Reproche? E para quê? Sustentar uma facção de salteadores e sua insanidade grupal parindo vídeos mentirosos, cuja mentalidade avara dos principais meios de comunicação presta esse serviço obsceno lançando-o no dorso do país?

Terão talvez a certeza do único prazer de ter tocado numa sinfônica afinada com alguns que compartilharam desesperança e força e se foram abalados pela morte prematura de muitos, causada pela violência instalada.

E a desistência em massa de jovens civis e oficiais recém-egressos dos diversos cursos militares não permite questionamentos. Não se pode argumentar para que permaneçam. Não há como impedir quem está sob ameaça (especialmente a seus familiares) ou sem horizontes.

Diante do maior colapso republicano não há como crer na eficácia mental de sujeitos movidos por um desmedido arrebatamento pelo poder, detentores de uma ideologia suplantada e uma oratória decadente, sempre propensa a escolher, via suborno, apoios e armistícios como meio de superar a imensa e recursiva antipatia.

O eco da falência moral que viceja e sevicia a Nação adquire contornos patológicos derradeiros, diante da percepção de que tais práticas podem resultar em prisão. E é salutar conferir ao cidadão o encargo pelos seus atos, governos e desmandos, fundamentando a civilidade, as relações humanas, o respeito à Pátria e aos valores nacionais.

É essencial para um país que se quer Nação que os administradores e governantes transgressores tenham o fim estabelecido pela sociedade. Caso contrário o país estará condenado. A consciência de que o país atravessa um momento crucial, que pode livrar ou mergulhar a América Latina nesse desvario coletivo parece estar se tornando realidade desde as manifestações de 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. *Mensagem criptografada*. <http://ginoticias.com.br/whatsapp-adota-criptografia-em-conversas-entenda-o-que-e/> - 5 de abril de 2016 | 8:44 PM
- BUTLER, Samule. *Vida y hábito: La evolución mas acá de la frontera entre lo natural y lo humano*. Ed. Cactus. 2013
- CAIADO, Ronaldo. *Terrorismo de Estado*. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 21 de novembro 2015.
- CHADE, Jamil. *Para ONU, projeto de lei de combate ao terrorismo no Brasil é ameaça à liberdade*. Correspondente – O Estado de São Paulo. 04 de novembro de 2015.
- DIÁRIO DO PODER. <http://www.diariodopoder.com.br/busca.php?q=terrorismo> (publicado em 14 de abril de 2016 às 10:55).
- GADELHA, Igor. *Câmara aprova lei que tipifica o terrorismo sem incluir movimentos sociais*. O Estado de São Paulo. 24 de fevereiro de 2016.
- GOLDSMITH, Belinda. *Estudo aponta que 10% dos gastos militares globais poderiam terminar com pobreza*
<http://metalurgicospiracicaba.com.br/n/wp-content/uploads/2015/04/images2.jpg>
5 de abril de 2016
- HUMBERTO, Coluna Claudio. *Diário do Poder*
<http://diariodopoder.com.br/coluna/> - 2015
- MENEZES CÔRTEZ, Geraldo. *Migração e Colonização no Brasil*. Col. Documentos Brasileiros 95. Livraria Editora José Olympio. Rio de Janeiro. 1958.
- LEI nº 13.260, de 16.3.2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm
- MENSAGEM DE VETO
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Msg/VEP-85.htm
- PAIVA, Antonio José Ribas. *Terrorismo de Estado*. Alerta Total – <http://alertatotal.net//2016/04/terrorismo-de-estado.html> (acessado em maio de 2016).
- PIKETTY, Tomas. *O Capital do século XXI*. EDITORA INTRÍNSECA LTDA. Rio de Janeiro — Edição digital RJ (www.intrinseca.com.br). 2014
- ROSA, Feu. *Os porcos de Shanghai*. Diário do Poder, http://www.diariodopoder.com.br/artigos_autor.php?i=Pedro%20Valls%200Feu%20Rosa2016
- TAMBOSI, Orlando. *Humanas da USP estão virando antro ideológico filoterrorista*. <http://otambosi.blogspot.com.br/2016/04/humanas-da-usp-estao-virando-antro.html> - Acessado em 19 abril de 2016
- _____, Orlando. *Ultrajante: PT e Dilma lutam contra o Brasi no Exterior!*. <http://otambosi.blogspot.com.br/2016/04/ultrajante-pt-e-dilma-lutam-contra-o.html> - Acessado em 19 de abril de 2016
- _____. *Fuga de cérebros: cientista reconhecida no exterior deixa o país*. <http://otambosi.blogspot.com.br/2016/05/fuga-de-cerebros-cientista-reconhecida.html> - Acessado em 06 de maio de 2016
- STOCKHAUSEN, Karlheinz. Acessado em 14 de abril de 2016
https://pt.wikipedia.org/wiki/Karlheinz_Stockhausen -
<http://nymag.com/news/9-11/10th-anniversary/karlheinz-stockhausen/>

WESLEY, Maria Helena de Amorim. *Cibernética e Cultura: transição e conflitos na Segurança e Soberania*. Trabalho apresentado no III Congresso de Ciências Militares. ECEME. Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 2013
Disponível em <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>

_____. *Forças Armadas: transição e conflitos nas operações de pacificação frente a cibernética*. Trabalho apresentado no XIII Ciclo de Estudos Estratégicos. ECEME. 03 a 05 de junho de 2014. Rio de Janeiro.
Disponível em <http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>

_____. *Forças Acauteladas: imprevisibilidades assimétricas atuais*. Rio de Janeiro. Outubro de 2014 (A)

WOLOSZYN, André Luis. *Aspectos Gerais do Terrorismo e a Situação do Brasil*. Defesa Net (www.defesenet.com.br). 2006

ANEXO 1

Quadro 1

IMPACTO CIBERNÉTICO NA CULTURA NACIONAL



ESTRUTURA ECONÔMICA: Queda de investimentos estrangeiros; endividamento; dependência tecnológica; desindustrialização; empobrecimento; consumismo.

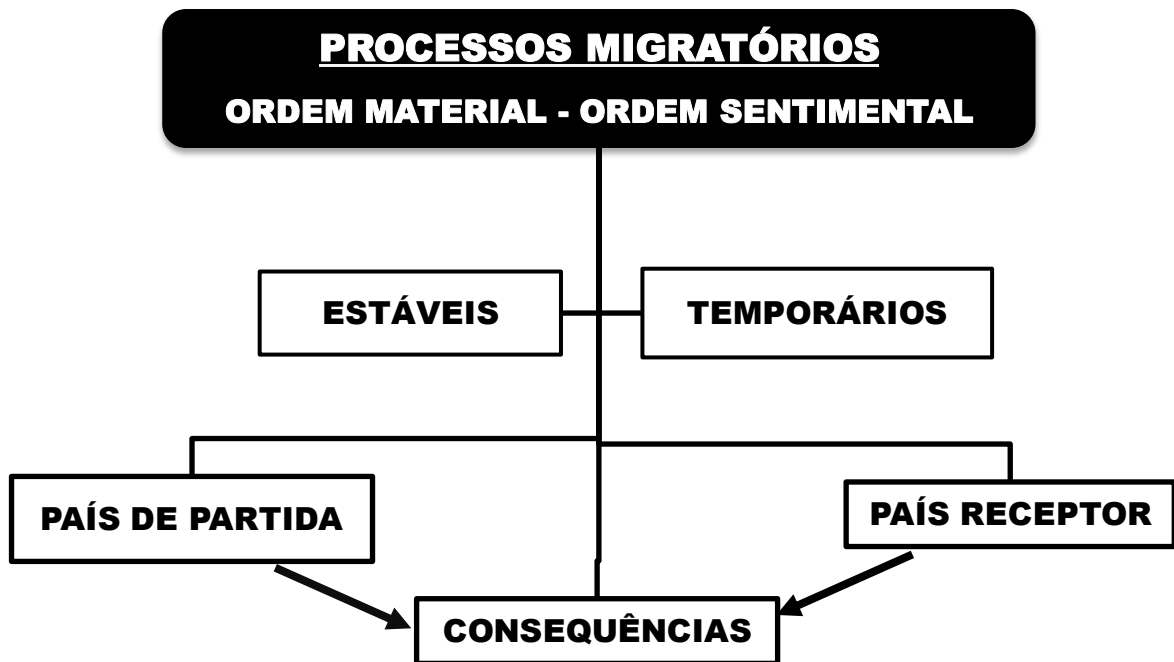
ESTRUTURA IDEOLÓGICA: Política agressiva; separatismo; radicalização de crenças; alterações nas Leis; alteração linguística.

ESTRUTURA SOCIAL: Agitações; violência urbana e rural; insegurança; terrorismo; alterações comportamentais; modelos de família.

ESTRUTURA CIBERNÉTICA: Simultaneidade imaterial; Fronteiras transnacionais; Instituições sem integração estrutural (especializações).

ANEXO 2

Quadro 2



ANEXO 3

